



<b>PROCESSO</b>	<b>25.370-7/2020</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>APOSENTADORIA POR INVALIDEZ</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>MATO GROSSO PREVIDÊNCIA</b>
<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA</b> Diretor-Presidente
<b>INTERESSADA</b>	<b>GIANE APARECIDA GALDIANO MENDONÇA DAVID</b>
<b>EQUIPE TÉCNICA</b>	<b>EDSON REIS DE SOUZA</b> Secretário de Controle Externo <b>VALDIR CEREALI</b> Supervisor <b>LILIANE MONTEIRO DA SILVA MIRANDA</b> Coordenadora da Equipe Técnica
<b>ADVOGADO</b>	<b>NÃO CONSTA</b>
<b>RELATOR</b>	<b>RONALDO RIBEIRO DE OLIVEIRA</b> Auditor Substituto de Conselheiro

### **RAZÕES DA PROPOSTA DE VOTO**

À luz do que dispõem os artigos 71, III, da Constituição Federal e 1º, VI, da Lei Complementar Estadual 269/2007, compete a este Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões dos servidores públicos estaduais e municipais.

Cumprе esclarecer que a matéria em apreço comporta julgamento em sessão virtual, na forma do artigo 1º da Resolução Normativa TCE/MT 29/2012-TP, alterado pela Resolução Normativa TCE/MT 7/2021-TP, e do § 3º do artigo 97 da Resolução Normativa TCE/MT 16/2021-TP.

Pois bem. Compulsando-se os autos, constata-se que a interessada cumpriu os requisitos previstos no ordenamento jurídico, necessários à concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais, evidenciando que o ato em exame possui respaldo constitucional, merecendo o reconhecimento deste Tribunal de Contas, mediante o devido registro, conforme presente nos Relatórios Técnicos emitidos pela unidade de instrução (documentos digitais 280523/2020 e 188906/2022).





## DISPOSITIVO DA PROPOSTA DE VOTO

Diante do exposto, **acolho o Parecer Ministerial 4.212/2022** (documento digital 192373/2022), de lavra do Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, e, com base nos artigos 1º, VI, e 43, II, ambos da Lei Complementar Estadual 269/07, e inciso VI do artigo 1º da Resolução Normativa TCE/MT 16/2021-TP, apresento proposta de **VOTO** no sentido de:

I) **REGISTRAR** o Ato 9.109/2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição 27.832, de 9 de setembro de 2020, referente à **aposentadoria por invalidez** concedida à senhora **Giane Aparecida Galdiano Mendonça David**; e

II) **JULGAR LEGAL** a planilha de cálculo de proventos proporcionais.

É a proposta de Voto.

Cuiabá-MT, 9 de setembro de 2022.

(assinatura digital)

**Ronaldo Ribeiro de Oliveira**  
Auditor Substituto de Conselheiro  
Relator

